

MANUEL GAMA

mea0911@gmail.com

**CENTRO DE ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE,
UNIVERSIDADE DO MINHO, PORTUGAL**

REDES DE COOPERAÇÃO CULTURAL NO ESPAÇO LUSÓFONO

RESUMO

As redes, enquanto estruturas organizacionais policentradas caracterizadas pela horizontalidade do processo de comunicação interno, têm sido encaradas como um dos contextos privilegiados para fomentar a cooperação, nomeadamente a cooperação cultural. Assim sendo, a promoção de redes de cooperação cultural – formais ou informais e de escala local, regional, nacional ou transnacional –, mais que um perigo, deve ser encarada como uma oportunidade, tanto mais que as redes podem potenciar o amplamente reconhecido papel que a cultura pode ter, nomeadamente, para o desenvolvimento sustentável. No presente artigo vão apresentar-se sinteticamente os resultados quantitativos da primeira fase do mapeamento internacional de redes nacionais e transnacionais que ocorreu entre julho de 2015 e dezembro de 2016 no âmbito do projeto de investigação “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Portugal europeu, lusófono e ibero-americano”. O artigo, que lança um olhar especial sobre o espaço lusófono, permite-nos concluir que, pelo menos nesta fase do mapeamento, a presença das redes culturais do espaço lusófono na internet é muito distinta.

PALAVRAS-CHAVE

Cooperação cultural; espaço lusófono; redes culturais

NOTA INTRODUTÓRIA

“Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Portugal europeu, lusófono e ibero-americano” é um projeto de investigação de pós-doutoramento que está a ser desenvolvido em Portugal, Espanha e Brasil, com o objetivo de fomentar a prática qualificada de trabalho em rede de profissionais e de organizações do setor cultural português.

Concebido no 2º semestre de 2014, o projeto surge na sequência da constatação de que 40 anos volvidos sobre a instauração da democracia em Portugal não foram suficientes para se observar a implementação no país de uma política cultural coerente, concertada, consistente e consequente: uma política cultural, enquadrada internacionalmente, que fosse fruto de uma rede de políticas culturais públicas e privadas que, articuladamente, desenvolvesse um conjunto de medidas setoriais que concorresse para se cumprir o que pode ser considerado como a *constituição cultural da república portuguesa* (Gama, 2013).

Na realidade, a ausência de estratégia política a médio prazo para o setor cultural em Portugal, associada ao fraquíssimo investimento financeiro direto por parte da administração central do estado, não tem sido inconsequente e, sem se questionar o inegável desenvolvimento cultural conquistado em 40 anos de democracia, as consequências têm sido múltiplas e preocupantes. A título meramente ilustrativo convocam-se três exemplos de consequências nefastas da inconstância das medidas políticas para o setor cultural em Portugal: o primeiro relacionado com as práticas culturais, o segundo com a internacionalização das organizações e profissionais do setor cultural e o terceiro com as redes culturais. Em 2003, João Teixeira Lopes afirmava que “repetidos estudos têm mostrado à sociedade que, mesmo entre os mais escolarizados, apenas uma minoria de ‘activistas’ se revela como um conjunto de assíduos praticantes culturais” (Lopes, 2003, p. 9), em 2010, Maria de Lourdes Lima dos Santos alertava que o aumento da procura cultural que então se observava não era generalizado nem acompanhava o aumento da oferta de práticas culturais mais exigentes (Santos, 2010) e a edição de 2016 das Estatísticas da Cultura de União Europeia (European Union, 2016), com dados a reportar a 2011, não deixa dúvidas sobre a débil participação cultural dos portugueses uma vez que, nos últimos 12 meses estudados, 63% não tinha ido ao cinema, 59% não tinha lido nenhum livro nem visitado nenhum sítio cultural e 44% não tinha ido a nenhum espetáculo ao vivo. Sobre a internacionalização, um estudo realizado em 2008 (Gomes, Lourenço & Martinho, 2010) sublinhava o fraco grau de internacionalização das organizações e profissionais do setor cultural nacional e, no nosso entender, a internacionalização do setor dificilmente poderá ser potenciado com medidas como a linha de “Apoio à Internacionalização das Artes” (Portaria nº 58/2012) promovida pela Direção-Geral das Artes, linha essa que no ano de 2012 teve um montante disponível de 600.000 € para apoiar um máximo de 100 projetos, no ano de 2014 teve um montante disponível de 425.000 € para apoiar um máximo de 60 projetos e

no ano de 2016 teve um montante disponível de 400.000 € para apoiar um máximo de 45 projetos¹. O último exemplo está relacionado com as redes culturais que, em Portugal, não são uma prática ancorada apesar de desde meados da primeira década do século XXI se sublinhar que a constituição de redes culturais devia ser considerada uma estratégia principal da política cultural (Silva, 2004) mas que, lamentavelmente, se usava muitas vezes o termo rede mais por moda ou efeito de marketing do que por compreensão das reais potencialidades do conceito (Santos, 2005) – sendo as redes um dos contextos privilegiados para a formação de públicos (Silva, 2004), não deixa de ser digno de registo que as práticas de leitura sejam ainda tão baixas em Portugal em meados da segunda década do século XXI, pois em 1986 foram dados os primeiros passos para a “implementação e funcionamento regular e eficaz de uma rede de bibliotecas municipais” (Despacho nº 23/86, 1986, p.3106) e 10 anos mais tarde foi criada a Rede de Bibliotecas Escolares (Despacho Conjunto nº 43 /ME/MC/95).

Este foi parte do enquadramento que concorreu para a formulação do objeto principal do projeto de investigação que se enunciou. Para se atingir o objetivo principal foram definidos cinco objetivos específicos – 1) estudar os principais modelos internacionais de redes de cooperação cultural, com especial atenção aos contextos europeu, lusófono e ibero-americano, procurando identificar, a partir um conjunto de boas práticas, os modelos mais adaptados à realidade portuguesa; 2) mapear as redes culturais existentes em Portugal; 3) analisar as relações, internas e externas, estabelecidas nas redes de cooperação cultural nacionais identificadas; 4) analisar o processo e a estratégia de comunicação das redes de cooperação cultural nacionais identificadas; e 5) identificar um conjunto de condições consideradas como fundamentais para o estabelecimento de um ambiente potenciador para a promoção de redes de cooperação cultural em contexto nacional e para a participação dos profissionais e das organizações do setor cultural português em redes transnacionais – e concebidas quatro tarefas macro: 1) boas práticas internacionais de redes de cooperação cultural transnacionais; 2) redes culturais portuguesas; 3) densidade e expressividade das redes de cooperação cultural portuguesas; e 4) dinâmica e transnacionalidade para as redes de cooperação cultural.

Para o cumprimento dos objetivos específicos 1 e 2 realizou-se, entre julho de 2015 e dezembro de 2016, a primeira fase de um mapeamento internacional de redes culturais objeto cuja síntese dos resultados é o objeto do presente artigo.

¹ Ver www.dgartes.pt

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A PRIMEIRA FASE DO MAPEAMENTO

Não sendo este o espaço adequado para uma apresentação metodológica detalhada do projeto de investigação, nem das diferentes fases do mapeamento, segue-se, em jeito de tópicos, a convocação sumária de alguns dos aspetos metodológicos que foram tidos em conta para a realização da primeira fase do mapeamento de redes culturais:

- porque se pretendia incluir nesta fase do mapeamento práticas que, apesar de poderem não se enquadrar no conceito de Cultura tal como ele foi operacionalizado a partir de janeiro de 2017, pudessem servir como exemplos a ter em consideração ao longo de todo o projeto, decidiu-se que em julho de 2015 não se devia apresentar um conceito de Cultura fechado, sendo antes utilizada a definição de *Setores culturais e criativos* que é apresentada no Programa Europa Criativa (Regulamento UE N° 1295/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho) que, no subprograma cultura, tem duas linhas de financiamento particularmente relevantes para a investigação em curso;
- em linha com o ponto anterior, decidiu-se que não seria oportuno realizar nesta fase uma avaliação da adequabilidade da aplicação do conceito de *rede* nas organizações que se apresentam como redes – assim incluiu-se no mapeamento organizações (públicas ou privadas, formais ou informais) que operam nos setores culturais e criativos, e que, aparentemente, são compostas por uma espécie de malha formada por um entrelaçado de atores sociais (individuais e/ou coletivos) que, em função de pelo menos um objetivo coletivo comum, interagem horizontalmente entre si;
- porque o projeto visa analisar e intervir sobre as redes de cooperação cultural transnacionais a partir da realidade nacional, decidiu-se considerar como redes nacionais as que são compostas por membros de um único país e como redes culturais transnacionais as que são compostas por membros de, pelo menos, dois países;
- porque nesta fase do mapeamento se pretendia identificar potenciais redes culturais (organizações que são redes e organizações que afirmam que são redes) e só na segunda fase é que, em função de um conjunto de critérios previamente definidos, se iria aferir a adequabilidade da aplicação do conceito e caracterizar as redes culturais identificadas, decidiu-se, na primeira fase, recolher unicamente um conjunto de dados base de cada uma das organizações mapeadas (designação, página na internet [site ou, na ausência deste, página numa rede social], endereço eletrónico, endereço postal, país). De realçar que, quando na designação de uma organização identificada não figurava

a palavra *rede*, se decidiu pesquisar na respetiva página na internet a existência do termo na descrição da organização;

- porque a fase preparatória do projeto se iniciou em fevereiro de 2015 decidiu-se considerar como ativas, e consequentemente incluir no mapeamento, todas as organizações cujas páginas na internet estivessem atualizadas nessa data;
- porque se pretendia que este mapeamento fosse um processo participado, decidiu-se criar, usando a plataforma Google Forms, um formulário online em Inglês para permitir o registo voluntário de organizações que são, ou se consideram, redes culturais;
- porque se pretendia que os resultados do mapeamento pudessem ser acompanhados em tempo real pelos potenciais interessados, decidiu-se utilizar a página na internet do projeto² como o instrumento privilegiado para a compilação das fichas de identificação de cada uma das organizações identificadas e/ou registadas voluntariamente incluídas no mapeamento, sendo a plataforma atualizada, pelo menos, uma vez por semana;
- porque a definição de *setores culturais e criativos* que é apresentada no Programa Europa Criativa foi o enquadramento escolhido para a primeira fase do mapeamento decidiu-se iniciar o mapeamento de organizações transnacionais a partir da lista de projetos financiados no âmbito das duas linhas de financiamento do subprograma Cultura do Programa Europa Criativa que estão particularmente relacionadas com a investigação (Projetos de Cooperação e Redes Europeias);
- porque o projeto está a ser desenvolvido em Portugal, Espanha e Brasil, decidiu-se iniciar o mapeamento de organizações nacionais a partir das páginas na internet dos organismos do estado que tutelavam o setor cultural nos três países;
- porque o projeto visa promover o trabalho em rede desenvolvido por profissionais e organizações do setor cultural português nos contextos nacional, europeu, lusófono e ibero-americano, decidiu-se prosseguir o mapeamento de redes culturais de escala nacional e de escala transnacional a partir das páginas na internet de organismos internacionais como a Unesco, a EACEA, a CPLP e a OEI;
- porque na página na internet de muitas das organizações que iam sendo identificadas e/ou registadas como potenciais redes culturais figuravam as respetivas listas de membros, decidiu-se iniciar,

² Disponível em www.culturalcooperationnetworks.wordpress.com

paralelamente, um levantamento em segunda linha de potenciais redes culturais – na lista de membros de cada uma das organizações identificadas e/ou registadas procurou-se sinalizar aqueles que poderiam ser considerados redes culturais nacionais ou como redes culturais transnacionais;

- porque a pesquisa em sites oficiais e em segunda linha poderia restringir significativamente as possibilidades de aceder a organizações fora destes circuitos, decidiu-se iniciar, paralelamente, o mapeamento de organizações recorrendo ao motor de busca na internet, colocando, isoladamente e depois seguidas do nome dos países dos contextos privilegiados no projeto de investigação (europeu, lusófono e ibero-americano) um conjunto de palavras-chave (“cooperação cultural”, “rede cultural”, “rede de cooperação cultural”, “rede nacional”, “rede transnacional”, “redes culturais”, “redes de cooperação cultural”, “redes nacionais”, “redes transnacionais”) – de realçar que inicialmente só se estavam a utilizar a pesquisa das palavras-chave em Português, Espanhol e Inglês, mas que a certa altura se percebeu que seria importante incluir o Francês, sendo que, para a validação de algumas das organizações identificadas, foi necessário recorrer a outros idiomas, nomeadamente os idiomas oficiais da UE;
- porque no ano de 2016 o CECS-UM pôs em funcionamento o Observatório de Políticas Culturais e Artísticas, no qual o projeto passou a estar enquadrado institucionalmente, decidiu-se realizar, paralelamente e com a mesma metodologia (acrescentando as palavras-chave: “observatório cultural”; observatórios culturais”; observatório política cultural”, “observatório políticas culturais”), um mapeamento de observatórios internacionais que se dedicam, de forma explícita ou implícita, ao estudo de políticas culturais;
- tendo em consideração o exposto no ponto anterior, e porque em maio de 2016 o número de organizações identificadas pela equipa e/ou registadas voluntariamente já era muito significativo, decidiu-se que o registo de organizações (redes e observatórios) iria continuar a efetuar-se a partir da página na internet de projeto, que as fichas de identificação dos observatórios iriam ficar alojadas na página na internet do projeto, mas que se iriam criar mais duas páginas na internet para alojar, respetivamente, as fichas das organizações nacionais³ e as fichas das organizações transnacionais⁴.

³ Disponível em www.nationalculturalnetworks.wordpress.com

⁴ Disponível em www.transnationalculturalnetworks.wordpress.com

Feita que está a apresentação sumária de alguns dos aspetos metodológicos que foram tidos em conta para a realização da primeira fase do mapeamento internacional de redes culturais e observatórios culturais, segue-se a apresentação sumária dos resultados da primeira fase do mapeamento internacional para depois se lançar um breve olhar especial sobre os resultados do mapeamento no espaço lusófono.

APRESENTAÇÃO SUMÁRIA DOS RESULTADOS DA PRIMEIRA FASE DO MAPEAMENTO

A apresentação sumária que se segue é quantitativa, não havendo lugar, nomeadamente, à avaliação da adequabilidade da aplicação do conceito de *rede* nas organizações identificadas e/ou registadas. No âmbito da primeira fase do mapeamento, que se realizou entre 1 de julho de 2015 e 31 de dezembro de 2016, foram criadas 1001 fichas de identificação de organizações culturais.

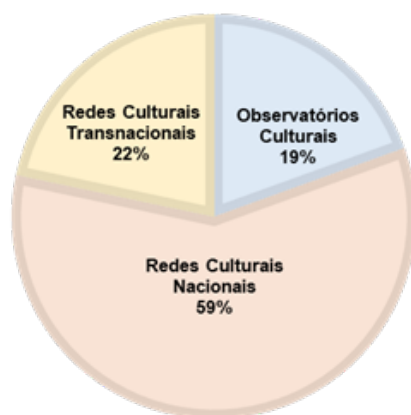


Gráfico 1: Fichas de identificação criadas
na primeira fase do mapeamento

Como revela o Gráfico 1, as organizações de escala nacional representam a maioria das organizações identificadas e/ou registadas: para além das 589 redes nacionais, há ainda que considerar os 195 observatórios com membros de um único país que foram alojados no espaço na internet do projeto. No caso dos observatórios transnacionais identificados, optou-se por alojar as fichas de identificação no espaço na internet criado para

as redes transnacionais uma vez que se observou que, aparentemente, os observatórios transnacionais são também redes transnacionais.

No caso das fichas de identificação das redes nacionais e das fichas de identificação dos observatórios nacionais foram alojadas, respetivamente, na página na internet do projeto e na página na internet das redes nacionais, salienta-se que estas foram organizadas por continentes.

O Gráfico 2 revela de forma inequívoca que as fichas de identificação de organizações nacionais americanas e europeias são as que mais contribuíram para a primeira fase do mapeamento. Dado o contexto de investigação (europeu, lusófono e ibero-americano), não se estranha esse facto. No entanto, tendo em consideração o número de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, considera-se que o número de organizações africanas identificadas e/ou registadas foi muito reduzido.

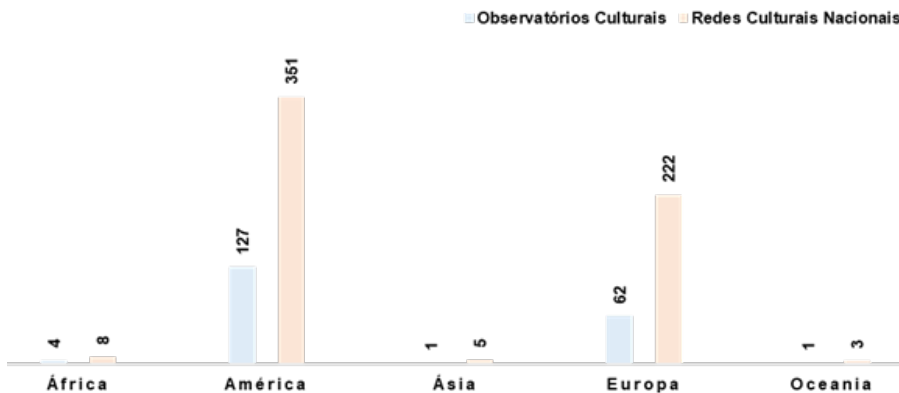


Gráfico 2: Fichas de observatórios culturais e fichas de redes culturais nacionais – distribuição por continente

A escala e a forma de organização do estado dos três países que acolhem o projeto de investigação – Brasil, Espanha e Portugal – é muitíssimo dispar, portanto, a diferença nos resultados na primeira fase do mapeamento que está representada no Gráfico 3 é encarada com naturalidade. Não obstante, destaca-se que uma análise, ainda que superficial, das organizações identificadas e/ou registadas nos três países indicia que, pelo menos no Brasil, a segunda fase do mapeamento pode revelar-se muito importante uma vez que o número de fichas de identificação pode pecar por defeito já que uma tipologia de uma organização (observatório ou rede) é, não raras vezes, replicada nos diferentes estados da República Federativa do Brasil.

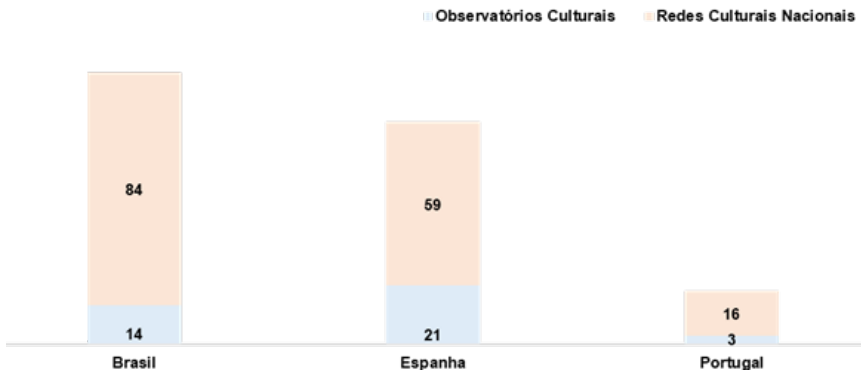


Gráfico 3: Fichas de observatórios culturais e fichas de redes culturais nacionais – países de acolhimento do projeto

Para se lançar um olhar especial sobre a primeira fase do mapeamento no espaço lusófono torna-se imperioso juntar aos dados apresentados relativamente ao Brasil e a Portugal, a síntese quantitativa das fichas de identificação do continente africano uma vez que não foram identificadas organizações em Timor.

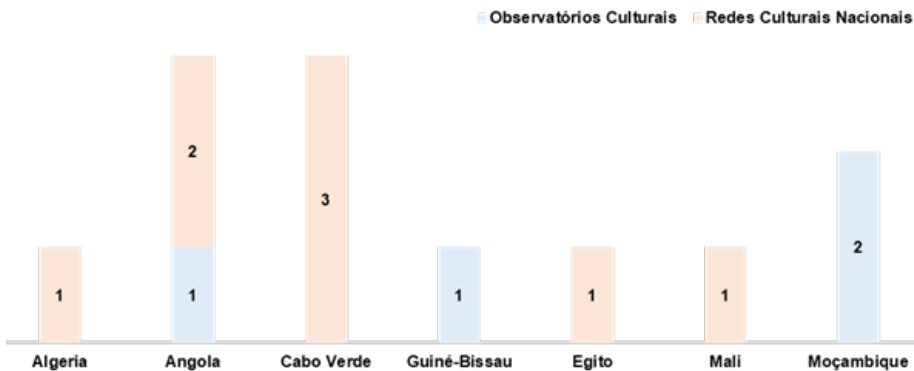


Gráfico 4: Fichas de observatórios culturais e fichas de redes culturais nacionais – África

O Gráfico 4 mostra que o número de fichas de identificação de organizações dos PALOP é muito reduzido. Sublinha-se que para a identificação de organizações do espaço lusófono, teve como ponto de partida as páginas na internet de organismos internacionais como a Unesco e a CPLP. Não obstante, dada a quantidade de organismos identificados e/ou

registados, na segunda fase tem especial atenção a este contexto uma vez que estamos certos de que o número de redes culturais no continente africano é francamente superior.

Sobre as páginas na internet (site ou, na ausência deste, página numa rede social) das organizações lusófonas identificadas e/ou registadas, não deixa de ser significativo que, não raramente, a presença nas redes sociais substitui a criação de um sítio. No caso de Cabo Verde, por exemplo, as três redes identificadas só estão presentes nas redes sociais, sendo que só uma delas é que efetuou publicações no segundo semestre de 2016. A este respeito é relevante relembrar que, nesta fase, o mapeamento teve a internet como ponto partida inicial e convém não esquecer que a taxa de penetração da internet no continente africano não chega aos 30% da população o que, como é evidente, se reflete na presença das redes culturais na internet.

A terminar a apresentação sumária dos resultados quantitativos da primeira fase do mapeamento realça-se que, tendo em consideração que se decidiu iniciar o mapeamento de organizações transnacionais a partir da lista de projetos financiados no âmbito das duas linhas de financiamento do subprograma Cultura do Programa Europa Criativa, era inevitável a identificação de um conjunto muito significativo de organizações com membros exclusivamente europeus. Sobre as organizações transnacionais realça-se que as páginas na internet de organismos internacionais como a Unesco ou a OEI foram importantes pontos de partida para a identificação de redes transnacionais no espaço ibero-americano e que a página na internet da CPLP não foi particularmente relevante para a identificação de redes transnacionais exclusivas do espaço lusófono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo constitui uma versão alargada da comunicação apresentada no “XII Congresso da Lusocom” / III Congresso da Media-com”. Não se pretendeu, nem com a comunicação nem com o artigo, apresentar uma análise das organizações identificadas e/ou registadas na primeira fase do mapeamento internacional de redes nacionais e transnacionais, uma vez que o processo de análise ainda está em curso. Espera-se contudo que concorram para dar a conhecer uma fase do projeto de investigação “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Portugal europeu, lusófono e ibero-americano” que só estará concluído no final de janeiro de 2021, para promover a discussão crítica e construtiva sobre as redes de cooperação cultural e, acima de tudo, para que algumas das lacunas diagnosticadas na primeira fase do mapeamento possam ser colmatadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Gama, M. (2013). *Políticas culturais: um olhar transversal pela janela-ecrã de Serralves*. Tese de Doutoramento em Estudos Culturais, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/35473>
- European Union (2016). *Culture statistics 2016 edition*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union. Retirado de <https://tinyurl.com/ybwqmpuy>
- Gomes, R., Lourenço, V. & Martinho, T. (2010). *Mobilidade internacional de artistas e de outros profissionais da cultura*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais. Retirado de <http://www.gepac.gov.pt/oac-1996-2013/gepac-oac/oac-documentos-electronicos.aspx>
- Lopes, J. (2003). *Escola, território e políticas culturais*. Porto: Campo das Letras.
- Santos, M. (Ed.) (2005). *Contribuições para a formulação de políticas públicas no Horizonte 2013 relativas ao tema “Cultura, Identidades e Património” - Relatório final*. Retirado de <http://www.gepac.gov.pt/oac-1996-2013/gepac-oac/oac-documentos-electronicos.aspx>
- Santos, M. (2010). Uma panorâmica com três vertentes e duas dimensões. In M. Santos & J. Pais (Eds.), *Novos trilhos culturais: práticas e políticas* (pp. 29-35). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Silva, A. (2004). As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003. In R. Gomes (Ed.), *Os públicos da cultura* (pp. 241-283). Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

LEGISLAÇÃO

- Despacho Conjunto nº 43 /ME/MC/1995, de 30 de janeiro, República Portuguesa.
- Despacho nº 23/1986, de 19 de maio, República Portuguesa.
- Portaria nº 58/2012, de 13 de março. República Portuguesa.
- Regulamento (UE) Nº 1295/2013, de 11 de dezembro, Parlamento Europeu

Citação:

- Gama, M. (2018). Redes de cooperação cultural no espaço lusófono. In M. Oliveira & S. L. Évora (Eds.), *Livro de atas do XII Congresso da Lusocom – Cibercultura, regulação mediática e cooperação* (pp. 106-116). Braga: CECS.